

Comunismo de conselhos: os caminhos alternativos para o socialismo à época da Rússia Bolchevique

Fernando Sarti Ferreira

Resumo: O colapso do bloco soviético demonstrou que o modelo social ali desenvolvido não se apresentou como uma verdadeira alternativa global ao desenvolvimento capitalista. Sem ignorar as circunstâncias históricas nas quais o regime soviético foi construído, é notável como várias de suas principais características e limitações, principalmente em relação ao controle operário da produção, já se expressavam embrionariamente na organização do partido bolchevique. Esse texto tem como objetivo resgatar algumas críticas elaboradas tanto no seio do Partido Bolchevique por Nikolai Osinskij como pelos comunistas alemães organizados no KAPD (Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands) e na União Geral dos Trabalhadores da Alemanha (Allgemeine Arbeiter Union Deutschlands).

Palavras-chave: comunismo de conselhos – comunistas de esquerda – controle operário

Council Communism: The alternative paths to socialism at the time of Bolshevik Russia

Abstract: The collapse of the Soviet bloc demonstrated that the social model developed there did not present itself as a true global alternative to capitalist development. Without ignoring the historical circumstances in which the Soviet regime was constructed, it is remarkable how many of its main characteristics and limitations, especially in relation to the workers' control of production, were already expressed embryonic in the organization of the Bolshevik party. This text is intended to rescue some of the criticisms made by Nikolai Osinskij from the Bolshevik Party and the German Communists organized by the KAPD (Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands) and the Allgemeine Arbeiter Union Deutschlands (German General Workers' Union).

Keywords: council communism – left communism – worker's control.

O crescimento econômico, que cresce para si mesmo, não é outra coisa senão a alienação que constitui seu núcleo original.

Guy Debord

Ao resgatarmos algumas críticas aos bolcheviques elaboradas durante o processo revolucionário mundial de 1917-1921, não pretendemos realizar qualquer tipo de juízo sobre “como deveria ter sido feito” ou sobre “como era inevitável que assim tivesse sido feito”. Tanto é impossível saber como pouco importa qual teria sido o destino do processo revolucionário caso os grupos e ideias debatidas aqui o tivessem dirigido. Como diz o provérbio, é atrás da cruz que se esconde o diabo.

Se ao descompasso entre as condições históricas e o projeto político perseguido pelos bolcheviques pode-se atribuir alguma – não toda - responsabilidade pelos caminhos tomados pela Revolução de Outubro, defendemos que a uma mesma espécie de descompasso pode ser atribuída a derrota das oposições de esquerda ao leninismo. Os questionamentos levantados por estes grupos ao processo revolucionário russo, tanto em relação aos seus desdobramentos na economia como na política, podem e devem ser revisitados tendo em vista o fracasso do modelo soviético como alternativa global ao desenvolvimento capitalista. Sobretudo porque, talvez, as “condições materiais” para que o programa da oposição à esquerda dos bolcheviques fosse viável não estivessem suficientemente maduras como estão hoje. Frente à inviabilidade do modelo soviético e do partido leninista como instrumento da revolução, pode-se aprender algo com aqueles que naqueles momentos já apontavam algumas insuficiências destes modelos organizativos?

Se tudo se justifica pela Guerra Civil, esta não explica tudo. Deve-se notar também que no governo dos bolcheviques muitas das ideias que se transformaram em práticas e que podem ter se aprofundado em decorrência das circunstâncias da Guerra Civil, na verdade, já se expressavam embrionariamente tanto nos textos de Lênin como na organização do partido bolchevique e em algumas medidas adotadas nos primeiros meses do governo revolucionário. Entre as ideias e práticas que compunham as críticas dos comunistas de esquerda aos leninistas, podemos elencar as quatro principais, a saber:

1. Centralização burocrática e militarização do trabalho. As decisões relativas à organização da produção e reprodução escapam cada vez mais da base do movimento revolucionário, se concentrando nas mãos de poucos. As ordens e decisões relativas ao trabalho vêm de cima para baixo, alijando os trabalhadores do controle sobre a produção, assim como do poder político.
2. Primazia indiscutível do partido sobre qualquer outra organização, seja política, seja dos trabalhadores (sindicatos, comissões e conselhos de fábrica).
3. Construção de um “Capitalismo de Estado”, reconduzindo às gerências e chefias os antigos técnicos, administradores e capatazes, quando não reconduzindo ao comando de empresas e indústrias os seus antigos proprietários.
4. Aceitação indiscriminada da “Organização científica do trabalho” (ou taylorismo), de estímulos e mecanismos de autodisciplina tipicamente capitalistas (como por exemplo, a remuneração por produtividade).

Antes de abordar parte destas críticas elaboradas pelos comunistas de esquerda, devemos fazer um breve resgate das ideias de Marx, Engels e Lenin sobre a destruição do Estado burguês e a revolução das relações de produção.

A administração das coisas e a naturalização dos processos de trabalho capitalistas: uma névoa no horizonte utópico do marxismo.

Marx:

Como é sabido, Marx dedicou muitas poucas páginas para pensar como seria a sociedade futura que os trabalhadores iriam construir após a Revolução. Uma das principais reflexões neste sentido se encontra na obra *A Guerra Civil na França*. Marx, ao analisar a Comuna de Paris de 1871, afirmava categoricamente que esta havia finalmente descoberto a forma política com a qual se realizaria a emancipação econômica do trabalho. Engels, no famoso prefácio à edição de 1891, reafirmava: “Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado”¹.

¹ MARX, Karl, *A guerra civil na França*, São Paulo: Boitempo, 2011, pg. 197.

A ditadura do proletariado não era uma mera troca de regimes políticos, mas o revolucionamento total da sociedade. Segundo Marx, a Comuna, por um lado, procurou destruir o Estado e, por outro, demolir os alicerces econômicos da dominação de classes. O pensador alemão identificou o primeiro movimento com uma série de medidas que buscavam a despolitização do Estado, ou seja, a perda de sua função como “força pública organizada para a escravização social”. A Comuna, que surgiu como órgão de superação da dominação de classe, destruiu a política ao acabar com a separação dos poderes legislativos e executivos. Ela não era um corpo parlamentar, mas um “órgão de trabalho”. Na Comuna, afirma Marx:

Em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante que irão atraiçoar [misrepresent] o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio. E é um fato bem conhecido que empresas, como se fossem indivíduos, em se tratando de negócios reais geralmente sabem colocar o homem certo no lugar certo².

As poucas funções que restariam para um governo central seriam desempenhadas por representantes das comunas submetidos aos mesmos controles sociais: sufrágio universal, revogação de mandato, mandato imperativo e remuneração com salários operários.

Apesar de se debruçar por mais tempo sobre as transformações políticas produzidas pela Comuna, Marx tinha claro que “A dominação dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social!”. Ela deveria servir como uma alavanca que iria “desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes”. Para Marx, era o trabalho livre e associado que deveria “(...) regular a produção nacional segundo um plano comum (...) pondo fim a anarquia reinante”. Para tanto, a Comuna buscou destruir o patrão como “legislador, juiz e agente executivo” dentro das empresas, entregando o controle das fábricas e oficinas fechadas às organizações operárias³.

² Ibidem, pp.56-58.

³ Ibidem, pg. 64.

O segundo movimento da Comuna, ou seja, a demolição dos alicerces econômicos da dominação de classes, foi tema de alguns breves comentários de Marx presentes na versão publicada do texto. Estes trechos apenas apontavam alguns aspectos sobre os desdobramentos nas relações de produção da demolição do Estado burguês. Porém, em seus rascunhos, é possível que nos aproximemos mais do que Marx tinha em mente. Quando louvava a destruição do patrão como “legislador, juiz e agente executivo” dentro das fábricas, Marx estava se referindo aos decretos da Comuna de 27 de abril de 1871, que proibiram qualquer forma de punição aos trabalhadores por meio de multas, o que, antes da difusão da chamada “organização científica do trabalho”, eram as principais armas de coação e disciplinamento da mão de obra. Em relação ao boicote econômico da burguesia à Revolução, interrompendo e fechando as oficinas e fábricas e produzindo uma “crise artificial”, a Comuna respondeu com o decreto de 16 de abril que transferiu a propriedade destas oficinas e fábricas para as mãos das organizações operárias⁴.

Ainda segundo o rascunho do texto, a “substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado” demoraria algum tempo e demandaria não apenas uma mudança na distribuição, mas sobretudo “(...) uma nova organização da produção – ou antes requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção o atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual)”. Esta nova organização terá um longo processo de desenvolvimento, mas os trabalhadores descobriram que “(...) grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política (...)”⁵. Para Marx,

O que o proletariado tem a fazer é transformar o atual caráter capitalista desse trabalho organizado e desses meios centralizados de trabalho, transformá-los de meios de dominação e exploração de classe em formas do trabalho livre associado e em meios sociais de produção⁶

Nos apoiando n’*O Capital*, sobretudo em seu quinto capítulo, fica evidente que para Marx a organização dos processos de trabalho não era um tema neutro ou fruto de uma racionalidade supra-histórica. O capitalismo se apropriou de processos pré-existentes mediante o processo de subsunção formal do trabalho. O capitalista tem

⁴Ibidem, pp. 115-116.

⁵Ibidem, pp. 132.

⁶Ibidem, pp. 134.

(...)inicialmente, de tomar a força de trabalho tal como ele a encontra no mercado e, portanto, tem também de aceitar o trabalho tal como ele se originou num período em que não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho só pode ocorrer posteriormente⁷.

A subsunção real, ou seja, o surgimento de um processo de trabalho capitalista, ocorreu em decorrência do desenvolvimento da extrema especialização e se aprofundou com a mecanização da produção e seu constante revolucionamento. Marx apontava que “A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção”⁸. Ou seja, os processos de trabalho são constantemente transformados pelas necessidades dos processos de valorização do valor. Nos *Grundrisse*, estas ideias de Marx foram um pouco mais detalhadas. Ali, Marx afirmava que “O desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital”⁹. O questionamento ao processo de trabalho capitalista não significa, portanto, uma negação completa da maquinaria. Esta, em si, não necessariamente era igual à relação social capitalista, ou mesmo que “(...) a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria”¹⁰.

É possível, portanto, depreendermos que o comunismo deveria, a partir dos processos de trabalho capitalistas, elaborar seu próprio processo de trabalho, ou seja, “(...) uma nova organização da produção”. Subjaz ao desenvolvimento tecnológico no capitalismo uma contradição entre o emancipador avanço das forças produtivas, ou seja, a automação de processos que poupam trabalho vivo, e a subsunção cada vez maior dos trabalhadores, ou seja, a mecanização de processos e tarefas que retiram o poder de decisão dos trabalhadores, tendo agora seu ritmo e tarefas definidos pelos processos mecânicos dos quais é um mero coadjuvante.

⁷ MARX, Karl, *O Capital – Crítica da Economia Política*, VI. I, São Paulo: Boitempo, 2013, pg. 336.

⁸ Ibidem, pg. 681.

⁹ MARX, Karl, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011, pg. 932.

¹⁰ Ibidem, 934.

Engels

Engels, em outros textos de intervenção, retornou a ideia elaborada no *A Guerra Civil em França* da despolitização do Estado por meio de sua transformação em um mero órgão administrativo. Podemos achar exemplos nos textos “Sobre a Autoridade” de 1873¹¹, assim como no *Anti-Duhring*¹² de 1878 e em sua versão reduzida, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*¹³ de 1880, retomando a ideia da substituição da “administração dos homens” pela “administração das coisas” como resultado da destruição do Estado, entendido como instrumento de dominação de classes.

No texto “Da Autoridade”, Engels também apresentou sua visão sobre como o comunismo deveria lidar com os processos de trabalho desenvolvidos pela grande indústria. Tomando como exemplo a fiação do algodão, afirmava ser essencial o respeito à autoridade para consecução desta atividade que pressupunha cerca de seis etapas diferentes e “Além disso, para manter as máquinas em movimento, é preciso um engenheiro que vigie a máquina a vapor, mecânicos para as reparações cotidianas e numerosos serventes que transportem os produtos de uma sala para a outra, etc”.

A discussão sobre autoridade e autonomia no processo de trabalho gira em torno da necessidade dos trabalhadores seguirem o que foi estipulado em termos de horas de trabalho e operações a serem realizadas ao longo destas horas, além do respeito às normas de segurança. Engels, em decorrência do caráter de intervenção deste texto, pode muito bem ter carregado nas tintas com o intuito de ridicularizar os “socialistas anti-autoritários” – não faz o menor sentido pensar que os trabalhadores realizariam uma assembleia para votar se eles deveriam fiar o algodão antes de cardá-lo - , mas não deixa de causar espanto tendo em vista as discussões sobre os processos de trabalho, produção do valor, mais-valia e o processo de acumulação produtiva n’*O Capital* expressões como “Todos estes operários, homens, mulheres e crianças são obrigados a começar e a acabar o seu trabalho a horas determinadas pela autoridade do vapor que não se importa com a autonomia individual”, “O mecanismo automático de uma grande

¹¹ENGELS, Frederich, “Sobre a Autoridade”, *Almanacco Republicano per l’anno de 1874*, 1873 (in <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm> acessado em 14 de julho de 2017)

¹²ENGELS, Frederich, *El anti Duhring o La revolución de la ciencia de Eugenio Duhring*, Buenos Aires: Editorial Claridad, [s.d], pg. 272

¹³ENGELS, Frederich, *Del socialismo utópico al socialismo científico*, Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2012, Parte III

fábrica é bem mais tirânico do que alguma vez o conseguirão ser os pequenos capitalistas que empregam os operários”, ou mesmo:

Se, pela ciência e pelo seu gênio inventivo, o homem submeteu as forças da natureza, estas se vingam submetendo-o, já que delas se usa, a um verdadeiro despotismo independente de qualquer organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria, é querer abolir a própria indústria, é destruir a fiação a vapor para voltar à roca de fiar

Como entusiasta dos avanços produzidos no campo das ciências naturais da época¹⁴, Engels acatou em alguma medida alguns dogmas naturalistas e deterministas como categorias explicativas do desenvolvimento histórico. Na introdução à *Dialética da Natureza*¹⁵ de 1875, assim como no manuscrito *O papel do Trabalho na Transformação do Homem em Macaco*¹⁶ de 1876, Engels voltou mais uma vez a sugerir que a evolução dos processos de trabalho era guiada por uma razão supra-histórica, sendo tarefa da revolução social apenas a planificação da produção e da distribuição para poder “(...) elevar os homens acima do restante do mundo animal”.

Pode-se afirmar portanto que no que poderíamos chamar de horizonte utópico de Marx e Engels esboçava-se de maneira muito clara a necessidade da destruição e substituição do Estado e da política por órgãos voltados à “administração das coisas”, ou seja, a substituição dos instrumentos de dominação de classes (parlamento e poder judiciário) por órgãos reguladores e coordenadores da atividade social resultado da interação dos produtores livremente associados – livres do Estado e do mercado. Porém, de maneira não tão clara, Marx e Engels apontavam que, concomitante à destruição do Estado, se operariam as transformações de fundo econômico: era a subsunção real do trabalho necessariamente um avanço das forças produtivas, cabendo apenas destruir o Estado e a propriedade e tratar de “administrar as coisas”, ou seria necessário revolucionar os processos de trabalho e assim substituir “as condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado”? Essas questões voltariam com toda a força ao longo da vaga revolucionária mundial de 1917 à 1921.

¹⁴GEMKOW, Heinrich, *Federico Engels: biografia completa*, Buenos Aires: Editorial Cartago, 1976, pp. 270-274.

¹⁵ ENGELS, Frederico, *Dialética de la naturaleza*, Buenos Aires: Problemas, 1947, pg. 14.

¹⁶ ENGELS, Frederico, “El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre”, *Die Neue Zeit*, Bd. 2, N° 44, 1895-1896 (in <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/1876trab.htm> acessado em 14 de julho de 2017).

Lenin

Um dos principais documentos produzidos no calor do movimento revolucionário mundial de 1917-1921 foi, sem dúvida, *O Estado e a Revolução* de V.I. Lenin. Neste texto, escrito às vésperas da tomada do poder por parte dos Bolcheviques, o líder revolucionário procurava rebater mencheviques e socialdemocratas que se opunham à radicalização do processo revolucionário em curso. Lenin combatia o transformismo social da Segunda Internacional reafirmando a necessidade da destruição do Estado burguês. Além disso, o texto foi o resultado de um esforço para sistematizar o que seria a correta interpretação marxista sobre a natureza do Estado, apontando os rumos que os bolcheviques deveriam tomar frente a questão do poder político.

Na primeira parte do livro, Lenin se dedicou a resgatar a ideia elaborada por Engels de que o Estado surgiu dos conflitos e interesses irreconciliáveis de classe e que portanto é impossível que ele possa ser o espaço de mediação destes mesmos conflitos. Ao contrário, seria imperioso o uso da violência revolucionária para sua destruição. Dando consequência também a ideia elaborada por Marx de que o Estado é uma entidade autônoma e que se coloca por cima da sociedade, Lenin afirmava que a tomada dos meios de produção por parte do Estado controlado pelos trabalhadores era o “(...) primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta como realmente representante de toda a sociedade”. Este seria ao mesmo tempo o último ato do Estado, momento pelo qual “O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas”¹⁷.

Para Lenin, baseado principalmente nas ideias elaboradas por Marx em seu texto sobre a Comuna de Paris, a democratização absoluta das funções estatais por meio da submissão destas ao sufrágio universal e à remuneração igual a de um operário provocaria uma transformação qualitativa do Estado. Afirmava Lenin que:

A civilização capitalista criou a grande produção, as fábricas, as estradas de ferro, o correio, o telefone, etc.; ora, nessa base, a grande maioria das funções do velho ‘poder do Estado’ tem-se por tal forma simplificado e pode ser reduzida a operações tão simples de registro, de inscrição, de fiscalização, que essas funções se tornarão inteiramente acessíveis a todos os cidadãos de

¹⁷ LENIN, V. I., *O Estado e a Revolução*, Campinas: FE-UNICAMP, 2011, pg. 49.

instrução primária, mediante o “salário habitual”, e podem e devem perder até o último vestígio de caráter privilegiado e hierárquico¹⁸

A transformação do Estado de instrumento de dominação de classe para mero “órgão de administração das coisas”, segundo o revolucionário russo, já tinha sido operada pelo próprio desenvolvimento capitalista, possibilitando, assim, a “despolitização dos cargos estatais”, transformando todos estes em meros postos administrativos. Para Lenin, “(...) o mecanismo da gestão social já está preparado”; já foram realizados por meio da instrução universal na maior parte dos países capitalistas avançados e pelo disciplinamento de “(...) milhões de operários pelo imenso aparelho, complicado e já socializado, do correio, das estradas de ferro, das grandes fábricas, do grande comércio, dos Bancos, etc.”¹⁹.

Por fim, Lenin buscou aprofundar a ideia de Marx de que as transformações econômicas seguiriam um longo percurso, estabelecendo tarefas para serem realizadas no longo e no curto prazo. À curto prazo, o comunismo “(...) não pode, economicamente, estar em plena maturação, completamente libertado das tradições ou dos vestígios do capitalismo”²⁰, podendo apenas realizar a igualdade formal proposta pelo direito burguês. A igualdade concreta baseada no princípio “De cada um segundo a sua capacidade a cada um segundo as suas necessidades” só poderá se postular como um problema para humanidade “(...) após a realização da igualdade de todos os membros da sociedade quanto ao gozo dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho e do salário”²¹. Portanto, a tarefa mais importante na primeira etapa da Revolução seria a transformação de todos os cidadãos em empregados de um só truste universal, o Estado. Este processo, que a curto prazo deveria se efetivar por meio da expropriação dos capitalistas por parte do Estado, faria avançar enormemente as forças produtivas e possibilitaria no longo prazo que a abolição da “(...)oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico e fará do primeiro ‘a primeira necessidade da existência’”²².

Se estava claro para Lenin quais aspectos do Estado burguês deveriam ser descartados ou aproveitados para sua destruição durante a ditadura do proletariado, há

¹⁸ Ibidem, pp. 81-82.

¹⁹ Ibidem, pg. 151.

²⁰ Ibidem, pg. 149

²¹ Ibidem, pg. 150.

²² Ibidem, pg. 146.

n’*O Estado e a Revolução* pouca discussão sobre como destruir o que Marx chama de “o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes”. Lenin sugeriu neste escrito que, assim como em relação ao Estado, em um primeiro momento, não existiriam modificações para além da expropriação dos meios de produção, tanto que era um imperativo para o Estado operário ainda contar com a ajuda dos capitalistas e de seus técnicos.

Para compreender melhor o que Lenin acreditava que deveria ser mantido e o que deveria ser descartado das relações de produção tipicamente capitalistas, devemos nos debruçar sobre outro texto, mas principalmente sobre as decisões que o partido tomou em relação à organização do trabalho após março de 1918 e que comentaremos mais abaixo. A postura de Lenin frente ao Taylorismo, por exemplo, foi bastante ambígua. O líder político afirmava que o Taylorismo era mais um dispositivo a serviço do capital para ampliar a exploração dos trabalhadores. Após descrever alguns exemplos sobre como atuavam os “experts da eficiência” e de modificações implementadas por estes nas fábricas, Lenin afirmava:

Que enorme ganho de produtividade!... Mas o salário do trabalhador não se multiplicou por quatro, no máximo duplicou e somente por um curto período. Assim que os trabalhadores se acostumarem com o novo sistema, seu salário é reduzido ao nível anterior. O capitalista obtém um enorme lucro, mas os trabalhadores trabalham quatro vezes mais do que antes e desgastam seus nervos e músculos quatro vezes mais rápido que antes²³.

Questionando-se porque a racionalização da produção nas fábricas não se estenderia à totalidade da economia, Lenin não inquiria os métodos em si, mas acreditava que ele teria melhor uso nas mãos dos socialistas. Em relação a organização científica do trabalho, a questão era: quem irá controlá-la? Defendia-se a possibilidade de que os processos de trabalho capitalistas não só poderiam ser usados para a construção do socialismo, como deveriam.

²³ LENIN, V.I., “The Taylor system – Mans’s Enslavement by the Machine”, *Lenin Collected Works*, Vol. 20, Moscow: Progress Publishers, 1972, pp.152-154.

O processo revolucionário de 1917-1921 e os conselhos operários²⁴.

O surgimento dos conselhos de trabalhadores, ou seja, a tomada do controle e gestão das fábricas e espaços de trabalho, se disseminaram por toda a Europa durante a vaga revolucionária de 1917-1921. Nascidos principalmente de exigências imediatas frente a determinadas situações como o colapso econômico da economia de mercado ou o lock-out patronal, não é à toa que mesmo após a derrota da Revolução Mundial em 1921 os conselhos voltaram a aparecer na Espanha revolucionária, na Hungria em 1956, na China em 1958, na Argélia em 1962 e na França e na Itália em 1968²⁵. Fenômeno presente embrionariamente durante a Comuna de Paris de 1871, sua generalização e papel fundamental na organização da luta dos trabalhadores durante revolução russa de 1905 já havia despertado a atenção dos setores mais radicais da socialdemocracia europeia.

De maneira geral e em distintos graus, as ocupações de fábricas na Europa de 1917-1921 ocorreram em resposta aos lock-outs patronais ou de maneira violenta como desdobramento de movimentos de reivindicação econômica. Após a ocupação, sempre acompanhada da expulsão dos patrões e técnicos, formava-se uma direção, ocorria a redistribuição de cargos e a constituição de comissões políticas responsáveis por articular a unidade produtiva à comunidade e a produção com outras fábricas, oficinas, ferrovias, minas, etc.. Muitos conselhos se organizavam localmente por fábricas ou redes de locais de trabalhos e em áreas de maior abrangência por ramos de produção. Os conselhos coexistiram paralelamente aos governos locais e dependendo do contexto, podiam ou não chegar a subverter a legalidade existente. Na Alemanha, muitos conselhos continuaram fiéis ao SPD e proclamavam que sua função seria a de ser “guardiões da nova constituição”. Em outros casos, os conselhos chegaram a expurgar e substituir autoridades locais e a implementar políticas de socialização. Nas experiências mais radicalizadas, os trabalhadores e militantes entendiam que o poder deveria emanar diretamente daqueles que trabalhavam e a partir do lugar onde trabalhavam, sem mediações de aparatos burocráticos. Entendia-se que a socialização dos meios de

²⁴ Cf. ELEY, Geof, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa 1850-2000*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005, pp. 171 e segs.

²⁵ Cf. V.A., *La autogestión, el estado y la revolución en Rusia 1917 - 1921, Italia 1920, España 1936 - 1939, Yugoslavia desde 1950, Argelia desde 1962*, Buenos Aires: Editorial Proyección, 1969.

produção se daria por meio do controle direto dos conselhos e assembleias de trabalhadores.

No caso da Rússia, onde os conselhos foram a principal arma na revolução de 1905, com a Revolução de Fevereiro de 1917, os operários russos começaram a tomar as fábricas e submetê-las ao seu controle. O controle operário transformou-se em palavra de ordem rapidamente adotada por Lenin. A capacidade de subverter a legalidade existente provocada pela formação e pela força dos conselhos na Rússia, atingiu ali sua forma mais radical, a ponto de ser essencial para a Revolução de Outubro de 1917. Os conselhos, nas palavras do historiador Edward Carr, foram fundamentais para desintegração da ordem existente²⁶. Porém, o entendimento bolchevique sobre o que era e qual era o alcance do controle operário das fábricas se revelaria como antagônico ao proposto pelas alas mais radicais do movimento operário. Na verdade, para os bolcheviques até junho de 1918 o controle operário não passava de uma palavra de ordem sem muito conteúdo.

Frente ao caos econômico e a contrarrevolução, as ideias da direção bolchevique sobre o controle operário começaram a ganhar contornos mais nítidos. No congresso do partido de março de 1918, a direção e o grupo de Lenin passaram a exigir que fossem adotadas “medidas draconianas” para elevar a disciplina e a autodisciplina dos trabalhadores. Para garantir o controle do partido nas fábricas, os conselhos foram desacreditados e caracterizados como mecanismo de defesa de interesses de grupos particulares de trabalhadores. Exigiram também que os sindicatos não apenas fossem atrelados ao Estado, como se transformassem em correia de transmissão das tais “medidas draconianas”. Por fim, as primeiras medidas concretas e que revelaram o entendimento destes sobre o que era o controle operário surgiram a partir dos decretos de junho de 1918. Estes decretos nacionalizaram (estatizaram) os principais ramos da produção; antigos diretores, administradores e engenheiros foram restituídos em seus cargos e recompensados com grandes salários e outros benefícios. A *Vesenja* (Conselho Supremo de Economia Nacional) justificou tais medidas para combater o que chamou de “nacionalização proletária elementar e caótica desde abaixo”. Para a maioria dos bolcheviques era necessário o controle social sobre decisões financeiras e comerciais, não o controle dos processos técnicos, nem organizativos das fábricas.

²⁶ A partir de aquí, Cf. CARR, Edward H., *La Revolución Rusa de Lenin a Stalin, 1917-1929*, Madrid: Alianza Editorial, 1981, Capítulo III.

Na visão de Lenin e de seu grupo, portanto, os conselhos foram instrumentos úteis para a dissolução da ordem capitalista, mas não teriam qualquer papel na construção do socialismo. Esta visão oportunista em relação aos conselhos ficou ainda mais clara durante o IIº Congresso da Internacional Comunista celebrado entre julho e agosto de 1920²⁷. Na seção de 3 de agosto de 1920, discutiram-se as estratégias que os comunistas deveriam adotar frente ao movimento operário. Temas como em que circunstâncias deveriam ser fundadas novas federações sindicais ou disputadas a direção das chamadas federações amarelas eram discutidas, mas também foi analisado ali o que Karl Radek chamou de “fenômeno do levantamento espontâneo e da formação dos conselhos de fábrica”. Para o delegado bolchevique, existia uma vida nova nesse movimento e este era um claro sinal de descontentamento com a velha guarda do movimento operário. Assim, na visão do revolucionário alemão, os conselhos deveriam ser estimulados e criados pelos comunistas onde os sindicatos estivessem dominados pelo reformismo. Mas quando e onde os comunistas passassem a liderar os sindicatos, os conselhos, se mantidos, deveriam ser incorporados como organismos sindicais. Nicola Bombacci, delegado italiano, apelava ao exemplo de seu país para afirmar que, caso se buscasse uma política revolucionária, nenhum rol político deveria ser atribuído aos sindicatos. O russo Solomon Lozovsky, reforçava o ponto de vista afirmando que os conselhos deveriam ser formados somente com a intenção de disputar os sindicatos. Concedia-se ao movimento dos conselhos um potencial insurrecional, mas apenas como tática para a verdadeira estratégia do partido, a tomada do aparato estatal nacional.

Nikolai Valerian Osinski. A esquerda bolchevique contra Lenin.

A centralização econômica produzida pelos decretos de junho de 1918 e que posteriormente serão justificadas como medidas necessárias frente à Guerra Civil, levaram a formulação do chamado Comunismo de Guerra. Era esta forma de organização da produção fruto das necessidades impostas pela conjuntura ou ela já continha elementos da nova sociedade? O Comunismo de Guerra teria realizado a igualdade formal, primeiro passo para a realização da igualdade concreta, como preconizado por Lenin?

²⁷ *Second Congress of the Communist International. Minutes of the Proceedings*, Volumes I e II, New Park Publications (in <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/> acessado em 14 de julho de 2017).

Quando a Guerra Civil já se encaminhava para a vitória do Exército Vermelho e que se começava a discutir a manutenção ou não do Comunismo de Guerra, Trotski e Lenin, entendiam que ali se encontravam já alguns elementos da nova organização social e passaram a defender a manutenção da militarização do trabalho para a reconstrução do país. Os dirigentes foram rechaçados em março de 1920 pelos sindicatos bolcheviques. Irritado, Trotski – agora sem o apoio de Lenin – chegou mesmo a propor no outono de 1920 que os sindicatos fossem todos destruídos²⁸.

No início mesmo da Guerra Civil, dentro do partido bolchevique surgiram vozes que denunciavam a centralização econômica e política operadas pela adoção do Comunismo de Guerra. Nikolai Valerian Osinski, membro do Partido Bolchevique desde 1905, foi presidente da *Vesenja* após a revolução de outubro. Entre abril e maio de 1918, Osinski publicou na revista *Kommunist* de Moscou um artigo chamado “Sobre a construção do Socialismo”²⁹ em que contestava de maneira geral os rumos da política bolchevique, principalmente após a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk. Porém, o artigo apresentava também uma vasta discussão sobre as ideias defendidas por Lenin e a maioria do partido em relação à organização da produção, principalmente a centralização econômica, a restituição dos técnicos burgueses e, por fim, a chamada “organização científica do trabalho”.

Sobre restituição dos técnicos burgueses, Osinski afirmava que, “(...) vencida militarmente a burguesia, os trabalhadores não deveriam estabelecer com ela paz alguma, senão que aniquila-la como classe”³⁰. As novas relações de produção construídas pelos trabalhadores deveriam estar livres de qualquer relação com os restos do status social burguês. Ou seja, a restituição da hierarquia nas fábricas e empresas na forma em que era defendida pela maioria do partido constituía-se, na verdade, em uma restauração capitalista.

Osinski não negava que durante a construção do socialismo deveriam ser aproveitados os conhecimentos e experiências dos “antigos mercenários da burguesia, de seus organizadores, técnicos e cientistas (...)”. Os antigos administradores deveriam

²⁸ CARR, op.Cit., pp. 43-44. A raiva de Trotsky em relação a autonomia dos trabalhadores teria vazão algum tempo depois durante a insurreição de Kronstadt

²⁹ OSINSKI, N.V., “Sobre la construcción del socialismo”, in *Documentos de la Revolución Mundial: democracia de trabajadores o dictadura de partido*, Org. Fris Kool e Erwin Oberänder, Biblioteca Promoción del Pueblo, [s.d.], pp. 81-114.

³⁰ *Ibidem*, pg. 83.

trabalhar, mas em uma nova ordem, em um novo contexto social que impedisse qualquer relação com a antiga ordem burguesa. Não bastava, assim, o controle formal do partido sobre os engenheiros e administradores, ou seja, a obediência à outra forma ou regime político, mas toda a ciência burguesa só poderia ter qualquer utilidade mediante a sua submissão aos propósitos do socialismo. Para Osinski, na verdade, a discussão sobre a restituição ou não dos técnicos era completamente falsa, uma vez que eles eram completamente inúteis para o socialismo sem que as relações de produção tivessem se modificado.

Para avançar sobre as transformações na organização da produção, Osinski retomava as discussões de Marx sobre o processo de produção e da valorização do valor. Afirmava o caráter eminentemente capitalista da produção fabril, ao mesmo tempo em que denunciava que a tecnologia não era neutra. A técnica e a ciência no capitalismo não organizavam somente a produção concreta de valores de uso – aliás, isto sempre foi um detalhe -, mas principalmente se focavam no uso mais eficiente da força de trabalho, “(...) no lucro do ‘trabalho abstrato’, de um gasto de energia fisiológica dos trabalhadores que produz um valor de troca”.

A ideia de que bastaria transformar o grande truste capitalista em um grande truste estatal para iniciar o processo de transição³¹, representava para Osinski apenas a transformação dos representantes do Estado em “senhores capitães da indústria”³² e, aliado aos administradores restituídos pela “direção individual da produção”³³, destruiria o poder dos trabalhadores no chão de fábrica. O modelo econômico defendido pela maioria do partido, na verdade, relegava o trabalhador ao papel de espectador: “o simples trabalhador, assim, deve pensar antes que tudo que não é mais que força de trabalho, a qual deve ser explorada e, se possível, intensamente”³⁴.

Por isso, segundo o autor, a estatização por ela mesma não significaria nada. Muito pelo contrário, poderia levar a um caminho completamente oposto ao da construção do socialismo. Para que estatização possuísse o mesmo sentido que a palavra socialização, como pretendia a maioria do partido, se fazia necessário destruir o poder

³¹ LENIN, *O Estado...*, pg. 152

³² OSINSKI, op.Cit., pg. 88.

³³ À “direção individual da produção” capitalista se contrapõe a “direção colegiada da produção” dos conselhos.

³⁴ OSINSKI, op.Cit., pg. 89.

do “estado maior do capital”, ou seja, de seus administradores e técnicos, e que a força social que controlasse os meios de produção fosse inteiramente proletária. Para Osinski, o risco de degeneração da ditadura do proletariado residia justamente nesta questão, uma vez que a socialização e nacionalização proposta pela maioria do partido fortaleciam – ou restituíam - o poder de setores da pequena e grande burguesia. Da maneira como estava sendo proposta a organização econômica da Rússia socialista, Osinski temia que seria inevitável a degeneração política da ditadura do proletariado³⁵.

Ainda para Osinski, a organização da produção proposta por Lenin, não apenas levaria a degeneração do poder político dos soviets, mas também da consciência dos trabalhadores. Ao fazer um chamado às massas proletárias revolucionárias que tomaram as fábricas a se converterem em meros “trabalhadores sujeitos a seu ofício, em técnicos no sentido tecnocrático deste termo”, já que para pensar a produção estão os “senhores organizadores da indústria”, o partido, na verdade, disseminava nada mais nada menos do que os imperativos pequeno burgueses de que “a tarefa social [do trabalhador] deve ser reduzida à participar de eleições e em ajudar a manter a disciplina nos locais de trabalho”³⁶. Em relação a adoção da “organização científica do trabalho”, ou seja, do taylorismo, Osinski pontuava que o sistema de Taylor foi uma criação científica pensada para “destruir a solidariedade operária”. O assalariamento por produtividade força os trabalhadores a se dedicarem exclusivamente à fábrica, afastando as massas de suas tarefas sociais. A organização socialista do trabalho, ao contrário do taylorismo, deve valorizar o trabalho concreto e assegurar o desenvolvimento intelectual do trabalhador, não transformá-lo em um apêndice da máquina. Não existiria para Osinski situação mais estimulante para a produtividade e a autodisciplina do trabalho que as necessidades e desafios impostos pela reorganização da economia após a destruição do capitalismo. Estes desafios seriam superados como obra criativa dos trabalhadores e não pela restituição da hierarquia e da tirania da fábrica capitalista³⁷.

A centralização econômica e a restituição dos gerentes e administradores após a guerra civil foram, fundamentalmente, concessões aos restos da burguesia destruída. Porém, o maior perigo para Osinski ainda estaria por vir: se o capital estrangeiro “consegue introduzir-se por estas portas traseiras [administradores e técnicos da

³⁵ Ibidem, pg. 90.

³⁶ Ibidem, pg. 92.

³⁷ Ibidem, pg. 98.

burguesia], mesmo que seja uma única vez, explorando a passividade da classe operária formada no ‘trabalho orgânico’, segundo o modelo puramente bolchevique”, então se abrirá o caminho para restauração do “estado maior da burguesia” de uma maneira muito mais forte³⁸.

Na Alemanha:

O fim da revolução alemã com a derrota das forças da esquerda revolucionária nas jornadas de janeiro a maio de 1919, levaram a uma série de rupturas dentro da frente revolucionária e que, no balanço sobre o fracasso de sua atuação, produziram uma série de reflexões críticas sobre o processo no país, mas que acabaram se estendendo também para críticas à condução bolchevique do processo revolucionário não apenas na Rússia, mas também pelo mundo por meio da Internacional Comunista. Tais contradições se expressavam principalmente nas discussões do Comintern sobre os destinos da revolução no ocidente.

Deste caldo crítico, emergiram duas organizações revolucionárias cujos programas políticos apresentaram importantes contrapontos ao que acabou se conformando como a ortodoxia leninista. São elas o Kommunistische Arbeiter Partei Deutschland, (Partido Comunista dos Trabalhadores Alemães, KAPD) surgido em 1920 e a Allgemeine Arbeiter Union Deutschland (União Geral dos Trabalhadores da Alemanha, AAUD) em 1921.

KAPD.

O KAPD surge de uma automutilação realizada por Paul Levi no KPD em outubro de 1919 e cujo intuito era expulsar sua ala esquerdista (diga-se de passagem, a maioria do partido). O golpe militar de março de 1920 na Alemanha e a experiência de resistência por parte dos trabalhadores (principalmente a formação e derrota do Exército Vermelho no Ruhr), levou muitos dos militantes expulsados do KPD a organizarem em abril de 1920 o congresso de fundação do KAPD. Dentro do partido conviveram duas tendências que logo iriam se separar. Por um lado, liderados por Herman Gorter, estava a tendência que dirigiu o KAPD e que entendia o partido como uma organização que deveria impulsionar e estimular a auto organização da classe. De outro lado

³⁸ Ibidem, pp. 94 e 100-101.

encontravam-se aqueles militantes alinhados às proposições de Otto Rühle e que acreditavam que a forma partido deveria deixar de existir definitivamente.

Em seu programa, aprovado em maio de 1920, o partido justificava seu surgimento em decorrência do desvio reformista que o Partido Comunista Alemão havia adotado sob a direção de Paul Levi ao se recusar a levar em frente a Revolução após a derrota do General Kapp. Esta atitude traidora, segundo o KAPD, “(...) justifica uma vez mais o reconhecimento da necessidade de que a eliminação radical de toda a política de chefes deve constituir a primeira condição do progresso impetuoso da revolução proletária alemã”. Para os kapedistas, o centralismo havia abortado mais uma vez o impulso revolucionário das massas³⁹.

Na visão dos kapedistas, a crise em que o capitalismo se encontrava no momento não se tratava de uma crise cíclica, mas sim que este havia experimentado durante e após a guerra “seu fracasso definitivo” e que havia criado “um caos cuja prolongação insuportável coloca ao proletariado ante a alternativa histórica: recaída na barbárie ou construção do mundo socialista”. O partido reconhecia que somente o proletariado russo havia conseguido se livrar da dominação política dos capitalistas, mas que seu destino estava selado pelo desenvolvimento da revolução na Alemanha: só assim poderia se formar um bloco socialista que “(...) através do comércio de produtos da indústria e da agricultura estará em condições de estabelecer um modo de produção verdadeiramente socialista”.

Se por um lado, o sucesso da revolução mundial dependia da Revolução na Alemanha, para o KAPD a verdade era que a ideologia do proletariado alemão encontrava-se ainda “(...) prisioneira de representações burguesas ou pequeno-burguesas”. Por reconhecer a necessidade de superar esta situação, o KAPD defendia abolição imediata da democracia burguesa e o combate aberto pela ditadura da classe operária. Rechaçava que pudessem ser reconhecidos em qualquer grau os direitos políticos e econômicos da burguesia. O partido, portanto, repelia todos os métodos de luta reformistas e oportunistas, somente se envolvendo naquelas lutas decisivas contra a burguesia. Destas últimas lutas, “Não quer se esquivar (...) pelo contrário, [o partido] as

³⁹ “Programa del KAPD”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004, pp. 97 e segs.

provoca”⁴⁰. A participação parlamentar ou em qualquer instituição que minimamente reconhecesse os direitos políticos e econômicos da burguesia deveria ser combatida, pois era sabotar a forma própria da revolução que eram os conselhos operários.

Não só o parlamentarismo que era rechaçado pelo partido, como também o sindicalismo que, no programa do KAPD é qualificado como “(...) a principal barreira contra o desenvolvimento ulterior da revolução proletária na Alemanha”. Após listar todas desventuras dos sindicatos como sabotadoras do sistema de conselhos ao longo da Revolução Alemã, o KAPD sentenciava que “(...) o caráter contrarrevolucionário destas organizações se encontram em sua estrutura e seu sistema específico mesmo (...) unicamente a destruição dos sindicatos pode liberar o caminho para a revolução social na Alemanha”⁴¹.

Qual seria, portanto, no entendimento do partido, a verdadeira organização revolucionária? Seria aquela que surgiu do próprio movimento revolucionário: a organização por empresa e os conselhos operários. O objetivo destas organizações segundo o KAPD era duplo. Em primeiro lugar, estas organizações destruiriam os sindicatos e o Partido Comunista que, ao fim, não conseguiram fazer nada além de construir uma crítica político moral sobre os “erros” da social democracia. Na organização do dia-a-dia, das questões práticas no local de trabalho, a organização de empresa terminaria por suplantando estes instrumentos. Em segundo lugar, e o mais importante, as organizações de empresa seriam essenciais na construção da sociedade socialista, uma vez que a consciência e solidariedade de classe seria construída ali e não por meio de programas partidários. A tomada do poder pelo proletariado, por fim, significava na visão do KAPD a repressão mais feroz aos capitalistas e burgueses e só seria possível por meio do exercício do poder político e econômico pelos conselhos⁴². Caberia ao KAPD como instrumento político fomentar e defender a organização por empresa, tendo como horizonte a sua autodestruição.

⁴⁰ Ibidem, pg. 101

⁴¹ Ibidem, pp. 102-103

⁴² Ibidem, pp. 105-108.

Otto Rühle e a AAUD

O KAPD não apenas reivindicava a Terceira Internacional em seu programa, como tentou em seus congressos, sem obter sucesso, ser reconhecido como seu representante na Alemanha⁴³. Em meio a esse processo, alguns grupos passaram a questionar a própria forma partido. Foi quando Otto Rühle publicou seu texto “A Revolução não é assunto de partido”, onde já apontava as questões que o levariam a romper com o KAPD no fim de 1920 e a organizar a União Geral dos Trabalhadores da Alemanha, a AAUD.

Para Rühle, os partidos políticos e o parlamento nada mais eram que a expressão da heterogeneidade da burguesia. Estes dois elementos marcavam a “(...) fisionomia política do sistema burguês”⁴⁴. Depois de 1848, a classe operária, por meio da socialdemocracia, elaborou um programa de reivindicações adaptadas à chamada “época burguesa”, à derrota que sofreu da aliança entre a nobreza e a burguesia. Para Rühle, esta época havia se encerrado com o a Guerra Mundial.

Sendo assim, organizar-se em um partido, disputar eleições, respeitar a constituição, praticar a chamada política dos chefes -em que as massas, quando são convocadas, “(...) se encontram ante fatos consumados” – nada mais era que tomar “(...) parte na obra de restauração nacional e capitalista”⁴⁵. O KAPD era apenas um “(...) último vestígio exterior”, apenas uma falange para reunir os elementos mais radicais ainda dispersos, promover a propaganda revolucionária e que deveria desaparecer o mais rápido possível. A Revolução deixou de ser um assunto de partido e passou a ser o assunto político e econômico de toda a classe proletária: “Unicamente o proletariado enquanto classe pode levar a revolução a vitória”.

Reunidos os elementos mais preparados do proletariado para atividade revolucionária, estes deveriam dar fim ao partido e construir a AAUD. A AAUD, cujas raízes seriam as organizações por empresa, se construía a partir dos locais de trabalho e

⁴³ Ver LENIN, V.I., *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, São Paulo: Expressão Popular, 2014 e GORTER, Herman, “Carta aberta ao companheiro Lenin” in: TRAGTENBERG, Mauricio (org.), *Marxismo heterodoxo*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, pp. 14-74.

⁴⁴RÜHLE, Otto, “La revolucion no es asunto de partido”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004, pg. 115

⁴⁵ *Ibidem*, pg. 118

por ramos de indústria, eliminando a necessidade de representação política e sindical. Ou seja, a organização por conselhos suprimiria a divisão entre uma organização política e outra econômica. Por essas organizações locais, os trabalhadores “(...) se apoderariam das alavancas de comando das empresas preponderantes na indústria, no processo de produção social” e a partir destes mecanismos é que os trabalhadores poderiam colocar de cabeça para baixo o capitalismo⁴⁶.

Ainda acreditando estar alinhados ao que acreditavam ser os objetivos da Terceira Internacional e frente os ataques de Lenin em *Esquerdismo...*, o KAPD enviou Rühle para Moscou para desfazer o que acreditavam ser um mal entendido ou uma difamação orquestrada por Radek e os partidários do KPD. Já na Rússia em setembro de 1920, Rühle escreveu um primeiro documento onde elaborou uma série de críticas à Internacional e aos bolcheviques, que ele acreditava “quererem ser mais do que podiam”. Para o delegado do KAPD, a Terceira Internacional não era a Internacional Comunista, mas aquela cuja tarefa era fazer a revolução e de instaurar a ditadura do proletariado. Uma Internacional Comunista, que tivesse como missão “(...) instaurar a nova economia, organizar a nova sociedade, realizar o socialismo” só poderia advir com a Revolução no centro do capitalismo. “Rússia, o primeiro país em que chegou a Revolução (...) será o último país que chegara ao comunismo”⁴⁷. Na Rússia, segundo Rühle, havia nascido “(...) um vazio. Um socialismo político sem fundamento econômico. Uma construção teórica. Um regulamento burocrático” e que só poderia ganhar concretude caso a revolução ocorresse na Alemanha. E para Rühle ela só poderia ser levada a cabo pelo KAPD.

O que ficava claro para o alemão em sua visita à Rússia era que o Comintern tinha desenvolvido um “(...) esquema revolucionário standard (marca Lenin)”. Apesar de reconhecer que a Guerra Civil em grande medida havia obrigado os revolucionários russos a adotar medidas extremas, a disciplina e o centralismo proposto pelos Bolcheviques, na visão de Rühle, nada mais era que uma exaltação aos chefes, “(...) à autoridade, ao burocratismo, ao culto à personalidade”⁴⁸. Com estes instrumentos se pode “(...) edificar o Estado burguês e a economia capitalista”, mas não o socialismo. A

⁴⁶ Ibidem, pg. 122

⁴⁷ RÜHLE, Otto, “Moscú y nosotros”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004, pg. 146.

⁴⁸ Ibidem, pg. 149

obediência cega e a regulamentação de tudo, a “administração das coisas”, produziram em um proletariado avançado como o alemão o contrário: “Afogam a iniciativa, paralisam a atividade revolucionária, prejudicam a combatividade e diminuem o sentido da responsabilidade”. Os trabalhadores devem ser “(...) membros criativos da edificação comunista” e isto era impossível sob o centralismo e suas manifestações mais típicas: a arbitrariedade, o culto à personalidade e o autoritarismo⁴⁹. A obrigação em aceitar às 21 condições, que implicavam no desenvolvimento de atividades parlamentares e sindicais, leva Rühle a abandonar a Rússia e romper com a direção do KAPD, que ainda defendeu por algum tempo o diálogo com os Bolcheviques.

Essas observações críticas do processo revolucionário russo e alemão serão a base do programa da AAUD. Aprovado em dezembro de 1920 em Leipzig, a AAUD afirmava neste documento ser seu fim a construção da sociedade sem classes, em que todas as organizações políticas e econômicas seriam determinadas pelos trabalhadores organizados nos conselhos⁵⁰.

Para a AAUD, qualquer forma de organização da vida em sociedade era o resultado de uma situação geral, “(...) a organização é um edifício determinado que tem bases precisas”. As relações de produção e as relações econômicas, assim, constituiriam a base das relações sociais dos homens. Por tanto, “a organização atual é inseparável da existência mesmo do capitalismo, é seu resultado”. O processo histórico revolucionário deve se desenvolver por meio da erradicação destas formas de organização social. Uma organização originada das relações de produção capitalistas não podem fazer nada além de perpetuar o capitalismo⁵¹.

Assim, na visão da AAUD, o Estado nada mais era que a expressão mais acabada da organização do sistema capitalista e o parlamento a principal forma de expressão do Estado capitalista. Este processo de construção dessas formas de organização havia sido concomitante ao surgimento e desenvolvimento do proletariado e, enquanto este se desenvolvia como classe, a luta destes tinha que se dar no próprio terreno da ordem. O problema, na visão da organização, era que quanto mais o tempo

⁴⁹ RÜHLE, Otto, “Informe sobre Moscú”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004, pg. 156.

⁵⁰ “Programa de la AAUD”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004, pg. 179

⁵¹ *Ibidem*, pg. 182.

passava, mais essas organizações adotavam os métodos de organização capitalistas, se convertendo em elementos da própria ordem. Para os unionistas “A direção da luta de classes se encontrava nas mãos de alguns indivíduos que estavam desligados das necessidades do proletariado”. O mesmo poderia ser aplicado ao sindicato, instrumento que tem por princípio o reconhecimento dos direitos econômicos da burguesia⁵². A AAUD deveria agrupar os trabalhadores, não pela luta por salários, mas pelo fim do assalariamento. Era, portanto, imperativo que a organização abolisse a distinção entre a economia e a política⁵³.

Algumas considerações finais.

Osinski e os comunistas de esquerda da Alemanha anteciparam em suas críticas uma série de problemas que já podiam ser percebidos no alvorecer da União Soviética e que extrapolavam as respostas do regime aos infortúnios da Guerra Civil. Para além das circunstâncias e dos descompassos entre as condições históricas e o projeto político bolchevique, aliás reconhecidas por Otto Rühle, a crítica dos comunistas de esquerda parecem apontar para uma questão mais profunda. A impossibilidade do modelo soviético se sustentar como uma alternativa global ao capitalismo também derivava da própria concepção de transição elaborada no seio do leninismo.

O enorme desenvolvimento das forças produtivas a partir da Segunda Revolução Industrial, ampliaram enormemente os aspectos da existência subsumidas ao capital. As “coisas” que em 1871 Marx e Engels se referiam e que deveriam ser apenas administradas, talvez já tivessem sido revolucionadas pelo capital e colocadas sob seu total controle em 1914. Ou seja, como o próprio Lenin afirma, o próprio capitalismo já tinha realizado essa agenda⁵⁴. Nesse sentido, ao preservar, restituir ou mesmo introduzir as relações de produção capitalistas na Rússia sob a tutela do Estado operário significou apenas a subsunção formal das relações de produção capitalista. E este processo não poderia construir novas relações de produção, uma vez que, como nos alertou a AAUD, era necessário erradicar as bases do edifício desta sociedade e não rearranjar a distribuição dos móveis dentro dele.

⁵² Ibidem, pg. 187

⁵³ Ibidem, pg. 195-197

⁵⁴ LENIN, *O Estado...*, pp. 81-82

A concepção e a prática bolchevique da socialização dos meios de produção passou longe de questionar “o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes”. Rearranjaram-se os móveis, procurando a máxima eficiência na extorsão do trabalho. Na verdade, a socialização bolchevique difundiu estas, terminando por completar a modernização capitalista russa. Foi colocado em prática o socialismo “como mera administração das coisas”, uma espécie de subsunção meramente formal das forças produtivas capitalistas sob o controle de um “Estado operário” – uma bizarrice para os comunistas do KAPD e da AAUD - e que puderam fazer com que o capitalismo se desenvolvesse na Rússia com uma velocidade impressionante, principalmente na década de 1930. Não menos impressionante que a velocidade com que a burguesia reconquistou o poder político ali na década de 1990.

As formulações da esquerda comunista, como afirma Paul Mattick⁵⁵, diferem substancialmente das críticas morais políticas que visam denunciar apenas a ausência de democracia ou a estupidez da burocracia soviética. Elas são, na verdade, as únicas críticas possíveis. Acreditamos que “a mera administração das coisas”, enxergada como a possibilidade de civilizar a mediação social pela mercadoria através do controle estatal é o principal conteúdo das críticas que devemos recuperar dos comunistas de esquerda para tirarmos alguma lição após cem anos do início da última vaga revolucionária mundial.

⁵⁵ MATTICK, Paul, “Council Communism”, *Anti-Bolshevik Communism*, Merlin Press 1978 (<https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1939/council-communism.htm> acessado em 14 de julho de 2017).

BIBLIOGRAFIA

- “Programa del KAPD”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004
- CARR, Edward H., *La Revolución Rusa de Lenin a Stalin, 1917-1929*, Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- ELEY, Geof, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa 1850-2000*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.
- ENGELS, Frederich, *Del socialismo utópico al socialismo científico*, Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2012
- ENGELS, Frederich, *Dialética de la naturaleza, Buenos Aires: Problemas*, 1947
- ENGELS, Frederich, *El anti Duhring o La revolución de la ciencia de Eugenio Duhring*, Buenos Aires: Editorial Claridad, [s.d]
- ENGELS, Frederich, “Sobre a Autoridade”, *Almanacco Republicano per l’anno de 1874, 1873* (in <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm> acessado em 14 de julho de 2017)
- ENGELS, Frederico, “El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre”, *Die Neue Zeit*, Bd. 2, N° 44, 1895-1896 (in <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/1876trab.htm> acessado em 14 de julho de 2017)
- GEMKOW, Heinrich, *Federico Engels: biografia completa*, Buenos Aires: Editorial Cartago, 1976
- GORTER, Herman, “Carta aberta ao companheiro Lenin” in: TRAGTENBERG, Maurício (org.), *Marxismo heterodoxo*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981
- LENIN, V. I., *O Estado e a Revolução*, Campinas: FE-UNICAMP, 2011
- LENIN, V.I., “The Taylor system – Mans’s Enslavement by the Machine”, *Lenin Collected Works*, Vol. 20, Moscow: Progress Publishers, 1972
- LENIN, V.I., *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, São Paulo: Expressão Popular, 2014
- MARX, Karl, *A guerra civil na França*, São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, Karl, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011
- MARX, Karl, *O Capital – Crítica da Economia Política*, VI. I, São Paulo: Boitempo, 2013
- MATTICK, Paul, “Council Communism”, *Anti-Bolshevik Communism*, Merlin Press 1978 (<https://www.marxists.org/archive/mattick-paul/1939/council-communism.htm> acessado em 14 de julho de 2017).
- OSINSKI, N.V., “Sobre la construcción del socialismo”, in *Documentos de la Revolución Mundial: democracia de trabajadores o dictadura de partido*, Org. Fris Kool e Erwin Oberänder, Biblioteca Promoción del Pueblo, [s.d.]

RÜHLE, Otto, “La revolucion no es asunto de partido”, *Ni parlamento ni sindicatos: los Consejos obreros*, Org. AUTHIER, Denis e DAUVÉ, Gilles, Madrid: Ediciones Espartaco Internacional, 2004

Second Congress of the Communist International. Minutes of the Proceedings, Volumes I e II, New Park Publications (in <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/> acessado em 14 de julho de 2017)

V.A., *La autogestión, el estado y la revolución en Rusia 1917 - 1921, Italia 1920, España 1936 - 1939, Yugoslavia desde 1950, Argelia desde 1962*, Buenos Aires: Editorial Proyección, 1969.